

## Escola sem partido e seus efeitos na produção de subjetividade

*Unpolitical school and its effects on the production of subjectivity*

**José Augusto Monteiro Cardoso<sup>1</sup> e Simone Chandler Frichembruder<sup>2</sup>**

**Resumo:** A presente pesquisa teve como objetivo avaliar os possíveis impactos da emergência do Projeto de Lei do Senado Federal Brasileiro nº 193/2016 (Escola sem partido) na constituição dos processos subjetivos da produção de conhecimento. Para tal estudo, utilizamos o método qualitativo-exploratório de análise de conteúdo de Bardin. Foram entrevistados cinco professores que atuam na rede pública de educação da cidade de Osório/RS, fazendo uso da entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados. Os resultados obtidos demonstram que houve impactos no processo de subjetivação e de ensino/aprendizagem após a emergência do projeto de lei, com isso afetando diretamente na metodologia docente e em seus contextos de trabalho e familiar, desta forma interferindo de maneira direta na produção de conhecimento dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Subjetividade; Neutralidade.

**Abstract:** This research aimed to evaluate the possible impacts of the emergence of the Brazilian Federal Senate Bill No. 193/2016 (Unpolitical school) on the constitution of subjective processes of knowledge production. For this study, we used the qualitative-exploratory method of Bardin's content analysis. We interviewed five teachers who work in the public education network of the city of Osório/RS, using the semi-structured interview as an instrument for data collection. The results obtained demonstrate that there were impacts on the subjectification process and teaching / learning after the emergence of the bill, thus directly leading to the teaching methodology and in their work and family contexts, thus directly interfering in the production of knowledge within the school environment.

Keywords: Unpolitical School ; Subjectivity; Neutrality.

<sup>1</sup> Psicólogo pelo Centro Universitário Cenecista de Osório. E-mail: augustomonteiropsico@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Cenecista de Osório. E-mail: simonefri@hotmail.com .

---

## Introdução

Em meio à polarização alavancada pelos movimentos políticos partidários e agravado pelas redes sociais surge no Brasil o projeto de lei 193/2016 (Escola Sem Partido) no Senado Federal Brasileiro, de autoria do senador Magno Malta e impulsionado pelo movimento EscolaSemPartido.org, do idealizador Miguel Nagib (2019), advogado e membro da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo no escritório de Brasília. Uma das diretrizes abordadas pelo projeto está localizada no Art. 3º, onde se refere que “as instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores, cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas” (Senado Federal, 2016).

A redação do Art. 5º apresenta que “no exercício de suas funções, o professor, não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. Ao final do projeto é demonstrada uma das justificativas para a criação do mesmo: “É fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis” (Senado Federal, 2016).

O projeto de lei traz como uma das suas especificidades o que chamam de conduta moral sexual, que supostamente estaria incompatível com os ensinamentos da “família”, assim um dos pontos principais de discussão do projeto é a chamada “ideologia de gênero”, onde os autores do projeto discutem sobre uma possível influência do poder público no direcionamento natural do desenvolvimento da personalidade, bem como uma interferência na harmonia da identidade biológica e do sexo, com isso, sendo proibida a aplicação de qualquer teoria que remeta a uma ideologia de gênero (Senado Federal, 2016).

Até a conclusão desta pesquisa, estavam sendo discutidos 147 projetos de lei em todo o país: 12 de nível Federal, 21 de nível Estadual e 114 de nível Municipal. Destes, 18 estão em vigor, 26 foram rejeitados e 103 estão em tramitação (Senado Federal, 2019). Dentre os diversos projetos aprovados e não aprovados, alguns exemplos acabaram recebendo certa atenção pela mídia, como no caso da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que aprovou em primeiro turno o projeto de lei Escola sem Partido. Foram 25 votos favoráveis, 7 contrários e uma abstenção. Trinta e três vereadores votaram, a câmara se manteve vazia, pois, na semana anterior da votação houve confusão entre manifestantes favoráveis e contrários ao projeto (g1Minas Gerais, 2019).

Outro exemplo foi o fato ocorrido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em frente ao Colégio Marista Rosário, onde pessoas que se posicionavam a favor do projeto escreveram diversos cartazes com dizeres como: “Marista, sim! Marxista, não!”, “Por mais cristianismo nas aulas de ensino religioso”; “Nossos filhos não são filhos do socialismo, são nossos! “Não à doutrinação”.

Originalmente, a iniciativa surgiu como um grupo de pais do Colégio Rosário, mas ampliou seu escopo e hoje abrange também pessoas de outras escolas de Porto Alegre e do Interior. Segundo um dos fundadores, o médico Paulo Leite, 50 anos, com três filhos estudando no Rosário, os participantes se definem

predominantemente como de direita, conservadores ou católicos. O Escola Sem Doutrinação mantém uma página no Facebook, com cerca de 500 seguidores, e vários grupos de WhatsApp, o maior com aproximadamente 180 participantes. (Gauchazh, 2019).

Não há a pretensão de entrar no mérito de constitucionalidade do projeto, mas sim, na produção dos modos de subjetivação que tal projeto pode vir a provocar no discurso do conhecimento científico. Partindo desta concepção, este estudo procura responder questões relativas às avaliações dos possíveis impactos da emergência do Projeto de Lei do Senado Federal Brasileiro nº 193/2016 (Escola sem partido) na constituição dos processos subjetivos da produção de conhecimento.

Assim, este estudo surge da inquietação causada pela emergência do projeto de lei, onde a população de uma forma geral ficou dividida entre pontos negativos e positivos do projeto, tal demonstração da divisão causada pelo projeto está divulgada em uma consulta pública que se encontra na página eletrônica do Senado Federal (2016).

A pesquisa se faz relevante quando pretende problematizar os possíveis impactos causados pela emergência do projeto de lei na constituição dos processos que levam a produção de conhecimento dentro do ambiente escolar, assim consequentemente atravessando os modos de subjetivação presentes na constituição do sujeito. Dentre as variadas formas de se pensar a noção de sujeito, Pinheiro e Herzog (2003), assinalam que foi em Freud que se pode pensar em elementos de outras formas de modos de subjetivação. Quando Freud escreve sobre a constituição de um narcisismo descentrado pelo inconsciente, descentraliza o sujeito, com isso, a teoria Freudiana acaba por ser produtora de uma ferida narcísica que termina por romper uma concepção de um procedimento de objetivação do indivíduo, considerado centrado e racional, constituído por uma unidade fechada e totalizada.

Dentro das contribuições de Foucault, pensa-se que o saber e o poder colaboram para uma melhor compreensão da constituição do sujeito contemporâneo. Desta forma podemos pensar a subjetividade como:

A relação consigo, que se estabelece através de uma série de procedimentos que são propostos e prescritos aos indivíduos, em todas as civilizações, para fixar sua identidade, mantê-la ou transforma-la, em função de um certo número de fins (Eizirik, 1997, p:36-43).

Para pensarmos na ideia de como se constitui o “sujeito”, é necessário ir a fundo à etimologia do conceito, *subjectum*, ou seja, é aquilo que está por baixo, dito de outra forma seria aquilo que nos alicerça, a nossa base. Tendo como princípio básico que o sujeito é aquele que sustenta e opera por baixo de toda a trama dos modos que o subjetivam, Foucault (1981-82) explana que os modos de subjetivação que constituem um sujeito são as relações e encontros com tudo àquilo que nos atravessa e nos marca de alguma forma, mesmo sendo algo desejado ou não desejado. Seria tudo aquilo que ocorre entre o sujeito e o objeto.

Tendo como aporte a conceituação Foucaultiana de modos de subjetivação e junto a ela os ensinamentos de Deleuze (1988), podemos pensar que conforme os encontros acontecem e as experiências surgem, o sujeito

é levado a produzir sentido e posicionamento a tal demanda. Pensamos “demanda” como algo que provém de forças exteriores e entram em contato com o que podemos chamar de “sujeito”, assim como aponta Deleuze (1988), explanando que existem forças que agem umas sobre as outras ou recebem uma ação sobre a outra, essas forças exteriores acabam por se chocar ou se introjetar com forças existentes no interior do sujeito.

Na atual tecitura da noção de homem contemporâneo, o sujeito acaba por ser anulado no âmbito cultural conforme aponta González (2003), dentro de uma perspectiva histórica o homem como noção de sujeito significa admitir a sua possibilidade de vencer o imediato em direção a uma realização de projetos assumidos e assim afirmar que a subjetividade é constituída dentro da experiência histórica própria do sujeito com dimensões complexas, sistêmicas, dialógicas e dialéticas. O autor ainda apresenta uma definição do conceito de subjetividade na compreensão dos processos psíquicos que levam a natureza humana a tornar-se “sujeito”.

Subjetividade é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem, dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social (González-Rey, 2003, p.4).

Conforme estes e outros autores apontam, o sujeito é constituído a partir dos modos de subjetivação que o atravessam e que cada sujeito atribui um sentido singularizado para tudo aquilo que o afeta no encontro com o outro. Desta forma, podemos analisar a relação subjetiva que ocorre entre aluno e professor sob o olhar da teoria das relações de poder propostas por Foucault.

Para Raitz (2010), a etimologia da palavra “poder”, seja no indivíduo ou pela instituição, refere-se à força, persuasão, controle, influência, etc. Para este autor, os estudos de Foucault basearam-se não para criar uma teoria do poder, mas sim para identificar os sujeitos atuando sobre outros sujeitos e nas formas como a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência, o poder é visto então como uma ação sobre as ações.

Foucault (1979) não considera o poder como um objeto ou mesmo como tendo uma “essência”, ou sendo algo suscetível de ser demarcado por suas características universais, para ele o poder é um fenômeno com grande variedade e descontinuidade, assim, o que existem são práticas ou relações de poder que funcionam como uma máquina social que está localizada em uma rede de relações por toda sociedade.

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (Foucault, 1979, P 10).

Foucault (1987) sustenta que o poder disciplinar pode ser produtor de indivíduos. Neste sentido, consoante com a proposta desse estudo, pode-se analisar o quanto um professor em sala de aula - no espaço público - e o quanto a família - no espaço privado - podem ser produtores de subjetividade que atravessará o sujeito na construção do seu conhecimento. Foucault (1987) defende que a disciplina é algo que produz indivíduos e ainda é a técnica específica de um poder que ocupa o indivíduo como objeto e instrumento do seu

exercício, com isso o poder disciplinar terá sucesso com o uso de instrumentos comuns: a especialização, que é um lugar para cada um e cada em seu lugar; O controle minucioso da atividade: hora para estudar, hora para comer, hora para o recreio; O olhar hierárquico: uma complexa rede de autoridade e treinamento; A sanção normalizadora: a análise contínua das condições de disciplinamento e seus possíveis desvios; E a sua combinação em um procedimento que é de sua especificidade: o exame, que combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza, estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.

A importância do presente estudo se dá pela relevância da temática e escassez de material produzido, por se tratar de um assunto recente e para que possamos minimamente problematizar a construção de subjetividades dentro do contexto escolar. Portanto, a pesquisa buscou avaliar os possíveis impactos da emergência do Projeto de Lei do Senado Federal Brasileiro nº 193/2016 (Escola sem partido) na constituição dos processos subjetivos da produção de conhecimento, suscitando ainda questões sobre o movimento político que deu suporte para a ascensão desse projeto de lei, além de contextualizar os papéis do professor e da família como produtores de subjetividade, onde a escola se encontra como contexto da operacionalização da presente lei e ainda refletir sobre questões relativas ao gênero levantadas pelo projeto. Para atender os objetivos foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professores da rede pública de educação, para a análise dos dados foi usado o método de análise de conteúdo de Bardin.

## Metodologia

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Cenecista de Osório, obtendo sua aprovação através do parecer de número 3.634.973. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada na cidade de Osório, Rio Grande do Sul. Participaram do estudo professores da rede pública estadual de educação.

Para a coleta de dados, os professores participantes foram convidados individualmente a responderem uma entrevista semiestruturada, de cunho descritiva qualitativa. É importante destacar, conforme aponta Chizzotti (1991), que esta modalidade de entrevista consiste numa forma de obtenção de informações baseadas no discurso livre do entrevistado. As perguntas norteadoras foram as seguintes: O que achou do projeto?; Percebeu alguma mudança dentro da sala de aula referente ao comportamento dos alunos frente ao conteúdo trabalhado?; Afetou seu trabalho?; Conhece algum caso onde tenha ocorrido algo sobre o assunto?; Qual a relevância em discutir sexualidade e gênero dentro do ambiente escolar?

Para a análise dos dados derivados da transcrição, foram utilizadas técnicas que visam sistematizar as questões respondidas pelos participantes, facilitando a sua interpretação. A modalidade que deu suporte a análise do conteúdo foi fundamentada em Bardin (2011), que se organizou em três tópicos: Pré-análise, que é a primeira etapa da organização da análise, por meio dela o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil à pesquisa; Exploração do material, fase em que ocorre a descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (qualquer material textual coletado) submetido ao estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos; E por fim, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, nesta fase os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos. O pesquisador pode fazer operações estatísticas, simples ou até complexas,

---

que possibilitem condensar e por em destaque as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2011).

## Apresentação dos resultados

As entrevistas foram realizadas com cinco professores da rede pública de educação, com idades que variam de 37 a 55 anos. Todos casados e residentes da cidade de Osório, Rio Grande do Sul. O grau de escolaridade dos entrevistados é de ensino superior completo e pós-graduação. Através da coleta de dados das entrevistas, podem-se catalogar três categorias descritas a seguir para apresentar os resultados obtidos.

### Estado/aluno/família e a limitação no discurso

A categoria “Estado/aluno/família e a limitação no discurso” diz respeito à analogia de como o discurso pode exercer uma função de controle, de limitação e de validação das regras de poder em diferentes instâncias. Para que possamos compreender sua posição lógica no discurso, um breve histórico de como este movimento iniciou sua ascensão se faz necessário.

Para que seja possível avaliar os impactos subjetivos produzidos pelo projeto de lei, é preciso tentar alcançar a gênese de um movimento neoconservador que está emaranhado nas constituições culturais e políticas mundiais há muito tempo. O movimento neoconservador emergiu na sociedade no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, em meados dos anos 60 e 70. Os chamados neoconservadores acabaram por formar uma espécie de Nova Direita, e após a grande crise econômica dos anos 70, estes grupos entenderam que os movimentos pelos direitos civis e sociais que marcaram a década de 60 haviam instigado uma degeneração social, e desta forma era necessário readquirir os valores que tinham como núcleo central a família, a moral e o indivíduo, com isso os letrados da época construíram o núcleo ideológico do movimento neoconservador e resgataram do tradicionalismo toda a ênfase moral que serviu para atacar moralmente o Estado de Bem-Estar Social e movimentos sociais liberais (Lima, 2019).

Souza (2016) pesquisa nas raízes do conservadorismo clássico, onde autores do século XVIII como Edmund Burke, defensor dos valores e instituições tradicionais, sustentam que o conservadorismo – tanto nos modelos clássico quanto no modelo contemporâneo – vai de encontro aos ideais de uma democracia e de justiça social, chamando esses modelos de “niveladores sociais” que seriam considerados utópicos do ponto de vista conservador, visto que a desigualdade social seria um processo natural e positivamente constituído, assim a predominância de uma delas seria algo necessário.

Cabe neste momento diferenciar os conceitos de conservadorismo clássico encontrados no século XVIII, pautados por uma ideia central de “conservar” o que era considerado pilar fundamental da cultura ocidental: os valores e instituições como a monarquia e a religião cristã, do neoconservadorismo, movimento mais recente que surge como uma reação às mudanças socioeconômicas da primeira metade do século XX, e estrutura-se a partir de uma oposição ao *welfare state* [Estado do bem-estar social] movimento ligado diretamente com o Pós-Segunda Guerra Mundial e o chamado regime de acumulação fordista, fenômenos ligados à contracultura e a nova esquerda (Gallego, et al. 2018).

Dentro da atual realidade brasileira e dos contextos sócio-políticos contemporâneos, diferentes autores consideram como um marco histórico os

movimentos políticos ocorridos em Junho de 2013, quando grupos autônomos como o Movimento Passe Livre (MPL), considerados de esquerda clássica foram para as ruas. Já em meados de 2016 quando a esquerda brasileira não conseguia responder de uma forma apropriada à todas as insatisfações causadas por serviços públicos de má qualidade e toda a corrupção envolvida, ganha potência o chamado Movimento Brasil Livre (MBL) ou Vem Pra Rua (Ortellado; Solano; Moretto, 2017). Após o breve histórico sobre aspectos dos movimentos políticos, iremos delinear pontos que acabam por subjetivar discursos.

Coelho (2006), referenciando o seminário 17 de Jacques Lacan, intitulado “O avesso da psicanálise”, mostra que o discurso é uma forma de relacionamento com aspectos sociais e que é exercido por uma estrutura que não tem palavras. Seriam os discursos modos de uso da linguagem como uma vinculação social, visto que é na estrutura significante em que o discurso se produz, ou seja, é a inter-relação da cadeia significante que produz o discurso.

Bem como aponta Foucault (2012), existem três sistemas que acabam por excluir a validade de um discurso, são eles: interdição, esta se divide em três aspectos: o tabu do objeto, ritual da circunstância e exclusividade do sujeito que fala, o segundo sistema é a separação, consistindo no “pensar diferente” dos mais poderosos, e por último o sistema histórico.

Quanto à limitação do discurso, destaca-se o trecho da fala de um dos professores entrevistados:

*“Com certeza não só na sala de aula, mas quando tu trabalhas também com professores, você também tem esse cuidado de não entrar em questões que daqui a pouco vão gerar conflito, vão gerar discussões. Ter um cuidado em não mostrar a tua ideologia. Então não vou citar esse autor porque esse autor está muito vinculado a uma questão ideológica”* (Professora do ensino médio, 43 anos).

Um dos pontos a ser tratado na sessão é a interferência subjetiva do Estado frente ao discurso do docente em sala de aula. O Estado pode ser visto como uma relação entre homens que dominam outros homens, relação esta mantida por intermédio de uma violência que se diz legítima. O Estado é um corpo social humano que pretende com sucesso o domínio do uso genuíno da força física de um território estabelecido (Bianchi, 2014 *apud* Weber, 1964, p. 15).

Essa violência que se diz legítima pelo Estado nas concepções de Max Weber, pode ser vista como uma violência simbólica que atravessa o discurso daqueles que tentam enfrentá-lo, o “cuidado” nas palavras passou a ser imperativo de ordem frente ao discurso vigente de poder.

*“Cuido o que vou falar porque pode criar conflitos na sala de aula inclusive fora dela, na secretaria da escola e com os pais. Então calar é um bom negócio para sobreviver”* (Professora do ensino médio, 37 anos).

Frente a este posicionamento do Estado, como força maior e suas produções subjetivas nos corpos discentes, o “questionamento” deu lugar à emergência de um discurso “ditatorial” atravessado pela vigilância. Bem como aponta Deleuze (1992), diferenciando a sociedade disciplinar citada

---

por Foucault, para uma sociedade do controle, onde já não se trata mais de espaços institucionalizados e disciplinados em seus mecanismos de vigilância, e sim de mecanismos de monitoramento mais indefinidos, flexíveis, ágeis, flutuantes e imanentes que atingem os corpos e as mentes sem levar em conta as mediações institucionais que antes eram essenciais.

*“Isso apoderou os alunos a questionar, mas não que questionar seja ruim, pelo contrário, mas na verdade o que aconteceu foi que os alunos passaram a querer ditar o que seria passado em aula. Essas falas a gente percebe entre os alunos”* (Professora do ensino médio, 45 anos).

Neste contexto atual de atravessamentos que acabam por limitar o discurso do professor, encontra-se a noção de “família” e junto a ela a noção de processo de subjetivação. Guattari (1996) descreve que a subjetividade é fabricada a partir de inúmeros processos de atravessamentos sem uma única essência. Os discursos midiáticos, a relação escolar e a família têm suma importância na dinâmica de constituição subjetiva que age por dar sentido ao mundo, com nossas maneiras de sentir, pensar e agir, realizando os processos de subjetivação que são fabricados no registro social.

O atravessamento da família se faz presente e age de forma importante na formação do aluno, o questionamento ocorre quando se trata do papel que a família deve ocupar no processo de aprendizagem do mesmo. Pensamos família como algo que diz respeito do âmbito privado e escola do âmbito público, o trecho abaixo demonstra na narrativa de uma professora a importância e a diferenciação entre os papéis que a família deve ocupar.

*“Tem um papel importante dentro do processo educativo, não que a família vai vir dizer o que tem que ser ensinado. Porque isso é papel da escola, a escola que sabe a metodologia a ser usada (...). Agora eu não posso culpar a família pelas questões de aprendizagem ou não aprendizagem do aluno, porque isso é papel da escola, e ao mesmo tempo em que eu não quero que a família venha aqui e diga como é que eu tenho que ensinar”* (Professora de ensino médio, 37 anos).

Com a ascensão de movimentos que pregam a noção de “conservar” valores familiares, a “família” acaba por entrar novamente em debate sobre a sua importância e seu papel no contexto de aprendizagem escolar. A interferência subjetiva fica marcada no discurso do professor, onde a lógica do controle/limitação está pontuada na ação da “família” sobre a responsabilização dos papéis a serem ocupados, cada qual por sua atividade desempenhada, a “família” com seus valores e princípios contribuindo para a formação do sujeito e a escola desempenhando seu papel na formação metodológica e constituinte do sujeito.

### **Posicionamentos de neutralidade**

A concepção de neutralidade, uma das bases do projeto de lei “Escola sem Partido”, diz colocar-se em uma posição de neutralidade no discurso, a questão que fica é: existe neutralidade no discurso?

Torezan (2011) discorre sobre um breve histórico que marcou a noção de Eu que temos na contemporaneidade, o Eu autocentrado na consciência, que foi marca característica do pensamento cartesiano. Após a ascensão de figuras como Marx, Nietzsche e Freud, houve uma série de quebras de mitos e ideias a respeito da noção de Eu, dentre esses pensadores e ideias, há a concepção freudiana, onde o inconsciente passa a ter papel fundamental na estrutura particular e determinada da subjetividade, com isso o sujeito se torna dividido em duas instâncias principais, o consciente e o inconsciente. Assim Rivera (2007 *apud* Freud [1917] 1944: 295) profere sua célebre frase: “o Eu não é mais senhor em sua própria casa”. Traduzindo para uma linguagem mais simplificada podemos dizer que sempre que falamos, falamos de algum lugar, com isso podemos pensar que a noção de neutralidade pode vir a ser falha, como demonstrado nos exemplos discursivos logo abaixo.

*“Então isso trouxe à tona essas questões que pareciam que estavam neutralizadas talvez. Porque parecia que o professor não é um ser político ou que ele não é gente, não existe essa coisa de neutralidade ou tu é uma coisa ou tu é outra”* (Professora do ensino médio, 45 anos).

*“Talvez sim, mas essa mudança também partiu de mim (...). Eu sou professora de sociologia. Um dos pontos principais é que neutralidade não existe e eu estou tentando me manter neutra, então sempre parto do pressuposto de falar de uma forma geral de não aprofundar porque se eu vou aprofundar eu vou cair em questões pontuais, atuais e que isso pode se reverter contra mim”* (Professora de ensino médio, 37 anos).

Por trás de um discurso existe um sujeito que age, um sujeito que carrega consigo suas verdades e colocações no mundo, um sujeito que não sai de si para falar do mundo. Nietzsche nos demonstra o quanto a verdade é contextual e de um determinado tempo. Os trechos a seguir tanto de Nietzsche quanto da entrevistada, demonstram o quão variável é a noção de verdade:

O que é, pois, a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu cunho e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas (Nietzsche, 1880).

A noção de verdade Nietzscheana nos faz pensar sobre o posicionamento em que um discurso deve assumir na hora de ser exposto, por trás de todo discurso existe uma noção de verdade, e com isso uma impossível neutralidade.

---

*“Então agora eu sou do muro, mesmo sabendo que o muro não existe, neutralidade não existe. Eu finjo ser neutra, um dia eu me liberto”* (Professora do ensino médio, 45 anos).

Portanto, é no mínimo plausível dizer que tanto o conceito de verdade quanto o de neutralidade são conceitos frágeis, conceitos que nos subjetivam e nos constituem como sujeitos, negar essa noção é como negar seu lugar de fala. A redação do projeto de lei orienta que o professor no exercício de suas funções não poderá se “aproveitar da audiência cativa” dos alunos para promover interesses próprios, questões ideológicas ou religiosas, morais e políticas. Tal colocação nos faz pensar sobre a existência ou não de uma possível neutralidade, desta forma o próprio projeto de lei se coloca em um lugar de posicionamento político e consequentemente impacta subjetivamente a atuação do professor.

### **Olhar sobre sexualidade e gênero**

A presente sessão vislumbra evocar uma reflexão sobre os aspectos que o projeto de lei traz com a denominação de “ideologia de gênero” e apresentar concepções embasadas em autores que desconstruem a ideia de que gênero é algo que está dentro da lógica de “opção”, tal inferência leva a pensar que a orientação sexual do sujeito pudesse ser escolhida, como demonstrado neste trecho retirado do projeto de lei.

Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (Senado Federal, 2016c, pp. 01-02)

Afinal de contas, como se constrói a identidade sexual? Para responder esta pergunta, iniciamos o delineamento do estudo com a concepção de Freud (1905) de que a bissexualidade é uma condição originária de todo sujeito, onde todo ser humano apresenta um misto de traços de caráter masculino e feminino. Assim podemos iniciar pensando que de acordo com a teoria Freudiana, a formação de um gênero não está definida pelo sexo, já que as noções do masculino e do feminino são algo de difícil definição.

O trabalho de Stoller (1982) mostra uma distinção dos conceitos de identidade e identificação, para que assim possamos entender melhor a conceituação de gênero. Identidade diz respeito à formação do gênero, enquanto a identificação sexual está relacionada com uma atividade que é de cunho inconsciente, onde o sujeito assume aspectos masculinos ou femininos dos pais no decorrer do processo edípico. Desta maneira a identidade de gênero se expressa no sujeito a partir da certeza que este tem quanto ao pertencimento a um ou ao outro sexo, esta convicção não é inata, mas sim adquirida por volta de dois ou três anos, neste ponto o sentido de ser homem ou ser mulher já está determinado.

No intuito de gerar uma maior problematização do conceito de gênero e demarcar ao longo da história a mudança que tal conceituação veio sofrendo, Foucault (c2003 [1976]) aponta que foi a partir do século XIX que houve um

crescimento do discurso de que a sexualidade de uma forma geral teria seu nascimento na biologia dos corpos, onde os sexos – tanto masculino quanto feminino – seriam inventados e o discurso no campo científico passou a pregar que a diferenciação que existia entre os dois era assinalada pela biologia. A concepção do gênero se daria a partir de um material bruto, a diferença sexual baseada na diferença da anatomia do corpo masculino e do feminino, mas para Foucault o material bruto que constituiria o gênero não existe, pois sexo não tem caráter dado. Sexo para ele também é descendente de práticas discursivas e tanto o sexo quanto a sexualidade fazem parte de uma construção social que é formada por uma relação específica de poder.

A importância de discutir sexualidade e gênero dentro da sala de aula fica evidente no trecho retirado da fala de um professor, e esses aspectos são demonstrados abaixo:

*“Quando na LDB fala sobre educação integral ela está falando desses campos, sobre educação sexual, gênero, campo psíquico, social, não tem como não falar disso. Então não é algo novo (...). E não é só isso, perpassa essa questão do desenvolvimento da educação integral do sujeito. Como que a gente só vai falar da parte intelectual. A escola só vai se ocupar da parte intelectual sendo que para que aconteça o processo de aprendizagem ele vai passar pela questão afetiva e vai passar pela questão biológica (...) então isso vai contra tudo o que a gente aprende em educação”* (Professora do ensino médio, 45 anos).

No trecho anterior, conforme menciona Foucault quando diz que tanto gênero quanto as formas de sexualidade perpassam a lógica da anatomia dos corpos, acaba também sendo possível identificar um processo de construção social, tal demonstração fica marcada na fala da professora logo acima, bem como quando cita a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que dá sustentação para a chamada educação integral, iniciada na educação infantil, como demonstra o trecho tirado da LDB seção II sobre educação infantil Art. 29.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Senado Federal, 2017c, p. 22)

Butler (2003) indica que tanto o sexo como o gênero em nossa cultura são construções a partir de uma unidade que compõe uma matriz de inteligibilidade, em nossa cultura seria a matriz heterossexual. Matriz esta que naturaliza corpos, gêneros e desejos, para que dessa forma se defina um modelo dominante em que haja coerência entre o sexo estável expressado por um gênero estável, ou seja, o masculino expressa o que diz respeito ao homem e o feminino que diz respeito à mulher. Ainda sustenta que a relação que existe entre sexo, gênero e sexualidade não é algo que nasce ao natural, mas que depende de contextos históricos e culturais no qual o sujeito está inserido, além disso, há uma produção que se forma em uma relação específica de poder, sendo elas as instituições políticas e sociais responsáveis por noções

---

de heteronormatividade de sexo, gênero e sexualidade. Butler (2003) ainda acrescenta que o gênero seria um ato performativo, sinais vindos do exterior e que postos em ação estabilizam e deixam transparecer o corpo, ou seja, o gênero tornaria real e produziria aquilo que denominasse ou atuasse sobre.

Quando a autora fala na existência de uma construção de uma matriz heterossexual, está falando também de uma construção que ultrapassa gerações. Essas gerações estão tanto do lado discente quanto do lado docente, dois trechos a seguir demonstram a lacuna geracional existente entre as concepções de sexualidade e gênero.

*“Acredito sim que isso faz parte. Eles gostam de falar eu gosto de debater o tema. De pelo menos dar um olhar. Quem não é igual a mim não necessariamente é ruim é só diferente, mas também. Tu acaba te incomodando porque eu já ouvi alunos dizendo. Eu não tenho que aceitar isso. Alguns dizendo que não entendem porque são de outra geração e daí até tudo bem”* (Professora do ensino médio, 43 anos).

Em um primeiro momento a professora se refere a alunos que não aceitam noções de valores diferentes dos quais foram educados, no segundo momento, um professor expõe sua inquietação frente a movimentos relacionados a questões LGBT.

*“Eu acho que tu não deve falar só porque é moda, entende. Eu vi alunos, por exemplo, nas escolas onde eu trabalho enrolados na bandeira LGBT do movimento LGBT e quando eu ia conversar com aqueles alunos não tinha a menor noção do que estava fazendo (...). Já vi colegas com uma bandeira já vi gente colocar no quadro as cores do movimento LGBT. E a metade das caras não sabe o que é aquilo ali, porque que aquilo estava lá”* (Professor de ensino médio, 55 anos).

Uma explicação possível para a lacuna simbólica entre as gerações pode ser pensada na noção de intergeracionalidade e transgeracionalidade, onde Rehbein (2013) discorre que a transmissão geracional pode ser pensada de duas formas, a intergeracional, que é transmitida à geração que está mais próxima, ou seja, pelos pais, e a transgeracional, onde o material psíquico da herança genealógica é inconsciente e não simbolizado, ocorrendo assim o surgimento de lacunas foracluídas que perpassam à gerações futuras.

Portanto, a chamada “ideologia de gênero” que o projeto de lei se refere, aparenta estar em segundo plano, atravessada por uma suposta posição de “neutralidade”, onde o discurso heteronormativo e da “família” falam mais alto em defesa dos valores morais aceitos, com isso levanta-se novamente uma questão fundamental para a proposta da pesquisa, é possível ser neutro e falar de lugar algum?

## Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo principal responder sobre as avaliações dos possíveis impactos da emergência do Projeto de Lei do Senado Federal Brasileiro nº 193/2016 (Escola sem partido) na constituição dos processos subjetivos da produção de conhecimento. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados com cinco professores da rede pública de educação. Assim, foi possível analisar seus discursos e perceber que houve impactos no processo de subjetivação e de ensino/aprendizagem após a emergência do projeto de lei, com isso afetando diretamente na metodologia docente e em seus contextos de trabalho e familiar, desta forma interferindo de maneira direta na produção de conhecimento dentro do ambiente escolar. Como cita Eizirik (2002), o poder não é detido por alguns e nem despossuído por outros, tampouco age como uma força que nos diz “não”, ao invés disso produz um saber, gera discursos e práticas, constitui assim formas de subjetivação. O trecho abaixo exemplifica um pouco do impacto subjetivo produzido.

*“Hoje quando entro na sala, preciso dizer que não tenho partido”.* (Professora de ensino médio, 37 anos).

Adversidades surgiram durante a elaboração deste estudo, dentre elas a dificuldade de realizar os encontros com a amostra e a escassez de material bibliográfico pertinente, por se tratar de uma temática recente e pouco explorada.

Desta forma, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para uma maior reflexão sobre o cenário educacional brasileiro, assim como também possui a ambição de proporcionar debates sobre o tema e a possibilidade de ampliar a pesquisa com um maior número de participantes.

## Referências Bibliográficas

- Bardin L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Bianchi, Alvaro. *O conceito de estado em Max Weber*. Lua Nova, São Paulo, n. 92, p. 79-104, Aug. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264452014000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452014000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S010264452014000200004>.
- Butler J. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2003. 152 p.
- Chizzotti A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*, São Paulo(SP): Cortez; 1991.
- Coelho, Carolina Marra S. *Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. Mental, Barbacena*, v. 4, n. 6, p. 107-121, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167944272006000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272006000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 out. 2019.
- Cordeiro, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Rev. Col. Bras. Cir., Rio de Janeiro*, v. 34, n. 6, p. 428-431, Dec. 2007.
- Deleuze, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. Pp. 219–226.
- Deleuze, G. (1988). *Foucault* (C. S. Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Eizirik, M. F. Ética e cuidado de si: movimentos da subjetividade. *Porto Alegre, Educação, Subjetividade e Poder*, 4: 36-43, jan. / jun. 1997.
- Eizirik, M. F. *Michel Foucault: um pensador do presente*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002.
- Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- Foucault, M. (2004). *A Hermenêutica do sujeito – Curso do Collège de France, 1981-1982* (S. T. Muchail, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.
- Foucault, M. *A história da sexualidade I – a vontade de saber*. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal; c2003. 152p
- Foucault, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- Freud, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. In: Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-195. (*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, 7).
- Gallego, S. E. et al. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/08/o-que-e-o-escola-sem-doutrinao-grupo-que-protestou-em-frente-ao-colegio-rosario-cjz1gljam004b01paje023yw2.html>: Acesso em outubro de 2019.
- González-Rey, Fernando. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.
- Guattari, F. & Rolnik, S. Micropolítica. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/14/camara-de-bh-aprova-projeto-escola-sem-partido-em-1o-turno.ghtml>: Acesso em outubro de 2019.
- Nietzsche, F. *Sobre verdade e mentira*. Trad. F. M. Barros. São Paulo: Hedra, 2007.
- Ldb – Leis de Diretrizes e Bases. *Lei nº 9.394*. 1996. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf): Acesso em outubro de 2019.
- Lima, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. *A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e190901, 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100567&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100567&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Oct. 2019. Epub Aug 15, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-463420194519091>.
- Ortellado, P.; Solano, E.; Moretto, M. 2016: *o ano da polarização?*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2017.
- Portal do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em 17/03/2019.
- Portal do movimento Escolasempartido.org. Disponível <http://www.escolasempartido.org/> Acesso em: 20/03/2019.
- Pinheiro, Teresa; Herzog, Regina. Impasses na clínica psicanalítica: a invenção da subjetividade. *Estados Gerais da Psicanálise*: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro, 2003.
- Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=569947&disposition=inline>. Acesso em 27 Abril 2019c.
- Raitz, Tânia Regina; Ferreirinha, Isabella Maria Nunes. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, Apr. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122010000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 10 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>.
- Rivera, Tania. O sujeito na psicanálise e na arte contemporânea. *Psicol. clin., Rio de Janeiro*, v. 19, n. 1, p. 13-24, 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100002&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000100002>.
- Rother, Edna Teresinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, Escola Paulista de Enfermagem, São Paulo, Brasil vol. 20, núm. 2, abril-junio, 2007.
- Rehbein, Mauro Pioli; Chatelard, Daniela Scheinkman. Transgeracionalidade psíquica: uma revisão de literatura. *Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro*, v. 25, n. 3, p. 563-583, Dec. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922013000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300010&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000300010>.
- Souza, Jamerson Murillo Anuniação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serv. Soc. Soc., São Paulo*, n. 126, p. 360-377, June 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282016000200360&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200360&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.073>.
- Stoller, J. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago; 1982. 312 p.
- Torezan, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza*, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518=61482011000200004-&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518=61482011000200004-&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 out. 2019.